

## Fala o Ministro Passarinho

**C**EDO minha coluna, hoje, ao ministro Jarbas G. Passarinho, que, a propósito da crônica «Um nôvo SNI», aqui publicada em novembro, mandou a seguinte carta, pessoal, que outro dia comentarei:

«Brasília, 4 de dezembro de 1967.

«Prezado Sr. Rubem Braga: Num país em que um Ibrahim Sued é cortejado por figurões da República, receio que um Rubem Braga interprete mal esta carta, como se fôsse ela tentativa de envolvê-lo.

Não há tal propósito. Apenas desejo transmitir-lhe, pelo aprêço que há longo tempo lhe tenho, a segurança de que não estou com medo de «quebrar a cara». Nunca estive. De baixo vim, abrindo caminho sem ajuda. Não traio minhas origens, conquanto não as utilize como fonte de ressentimentos contra a sociedade, onde venci sem comprometer moral e princípios.

Creia-me, mestre Braga, não sou um carreirista, nem ambiciono fazer do Ministério trampolim político.

Tento, isto sim, firmemente auxiliar o meu País a desenvolver um sindicalismo que nunca teve, independente dos patrões, da política partidária e do Governo. Quanto a este, que represento, desafio que se prove que está, como outrora sempre estêve, cultivando os seus «pelegos». De resto das 83 intervenções que encontrei, já acabamos com 32 e as demais caminham para o seu término, com a realização das eleições.

Era o que me cabia fazer. Pessoalmente contrário ao «atestado ideológico», herança do Getulismo estadonovista, não posso impedi-lo enquanto fôr requi-

sito de lei (art. 530 da C.L.T., ao qual se dev nova redação através do Dec. lei do Presidente Castelo).

Entrementes, evito vigorosamente fazer do Ministério um instrumento de ódios e radicalismo. Tenho até com desassombro me oposto às pressões. Determino sejam empossados líderes contrários ao Governo, mas eleitos corretamente. Creio que isto é favorecer a Democracia neste País, pois o fato de a liderança sindical ser, por vêzes, até mesmo insolentemente agressiva, não a impede de ser respeitada. O que não entendo é a liderança a serviço do P.C., a serviço da luta de classe, no que tenho dever de interferir a favor da Democracia.

Quanto à política salarial, estou certo. Os trabalhadores mais lúcidos já começam a entender que não seria possível devolver o Brasil, para desgraça deles também, ao círculo vicioso: aumento de preços — aumento de salários — aumento de preços.

Os mais informados sabem que os dispositivos legais existentes são ótimos e já perceberam que se tivessem sido cumpridos não teria havido achatamento salarial. Numa imagem que lhe seria inteligível, ao senhor, a má tradução do «Julius Cesar» não invalida o talento de Shakespeare...

O que desejo é reabilitar a lei, que está absolutamente certa pois defende o assalariado do aviltamento progressivo do salário real. Preciso de tempo, para isso, mas os «ventos do Sul», soprando da embocadura do Rio da Prata, depois da penosa viagem a Canossa, de Carlos Lacerda, lançam a agitação em nome da derrubada da lei, pura e simplesmente.

Deploro vê-lo — e também ao Joel Silveira — equivocado a respeito da política salarial. Se eu ti-

DN 10.12.67

segue

405

vesse uma chance, gostaria de explicar a ambos o que se passa, pois tenho a veleidade de me supor mais bem informado, quanto à matéria.

Acredite que não sou (pois nunca fui) um pusilânime, que se poupa a fim de manter a posição de Ministro. Também não me poupo, por cálculo político. O que faço é simples: salvo o principal, mesmo com concessões ao secundário.

Enquanto não derrubo o atestado ideológico — que nenhuma garantia dá ao resguardo da Democracia contra os ataques dos comunistas — impeço que a indústria do anti-comunismo viceje no Ministério.

Entrementes, afirmo e reafirmo minha convicção de solidarista cristão e vejo com apreensão os socialistas da A.P. brincarem de «Chês» Guevaras caboclos, exacerbarem a direita e ofenderem da maneira mais insólita o Governo.

Vim de Harold Laski a Lebrete e ao padre d'Ávila. Não sou um irresoluto. Amo a Democracia e a Liberdade por inteiro. Por isso mesmo, defendo o direito de lutar contra os comunistas e seus imprudentes aliados de circunstâncias.

Finalmente, quanto à sua Cachoeiro de Itapemirim, confesso-lhe «tout court», que o Ministério não está aparelhado para cumprir sua missão de fiscalizar as leis que regem a segurança e a higiene do trabalho.

Que quer? Que eu lhe minta? Que negue ser a fiscalização uma triste herança dos velhos tempos de Vargas e dos recentes de Jango?

Mudá-la, como?

Era outro assunto para uma exposição pessoal.

Releve-me o desabafo e creia na inalterável admiração do patricio

DN 10.12.67

406